



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL Ata da 190ª reunião, realizada em 16 de junho de 2021

1 Em 16 de junho de 2021, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual
2 de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela
3 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD),
4 em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a
5 presidente Marília Carvalho de Melo, representante da SEMAD. Representantes do
6 poder público: Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Bernardo Silviano Brandão Vianna, da
8 Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Maria Angélica de Andrade
9 Vasconcelos, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Beatriz de Oliveira Góes,
10 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Eva Irena Kurek, da
11 Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria
12 de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Mariana de Resende Franco, da
13 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Frederico Amaral e
14 Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica
15 Ildfonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira
16 Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Mônica
17 Dietrich, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Alírio Ferreira Mendes
18 Junior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-
19 MG); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Lucas
20 Marques Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Hilcéia Reis
21 Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da
22 Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Enio Marcus Brandão Fonseca,
23 do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação
24 Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e
25 Silva, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Carlos
26 Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
27 Gerais (Faemg); Mário Ferreira Campos Filho, da Federação das Indústrias do
28 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da
29 Micro e Pequena Empresa da Fiemg; Leandro Soares Moreira, da Federação dos
30 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre
31 Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento
32 Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Rogério Pena
33 Siqueira, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Ana
34 Beatriz Rocholi, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca
35 (ProMutuca); Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente
36 (Amda); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Espeleogruppo Pains (EPA);
37 Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Adriana Alves

38 Pereira Wilken, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
39 (Cefet); Thiago Torres Costa Pereira, da Universidade de Minas Gerais (Uemg); Luís
40 Antônio Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); João Augusto
41 Hilário de Souza, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas
42 Gerais (Assemg); Guilherme Lana Pimenta, da Ordem dos Advogados do Brasil
43 (OAB-MG); Talita Fernanda das Graças Silva, da Associação Brasileira de Recursos
44 Hídricos (ABRHidro). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.**
45 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** A presidente Marília Carvalho
46 de Melo declarou aberta a 190ª reunião do Plenário do COPAM. “Declaro aberta a
47 nossa reunião e gostaria de cumprimentar todos os conselheiros presentes, aqueles
48 que nos acompanham também no canal do YouTube da Secretaria de Meio
49 Ambiente, cumprimentar todos os dirigentes do Sisema representados e que estão
50 aqui participando conosco presencialmente e dar as boas-vindas à Valéria Rezende,
51 a nossa nova secretária executiva do COPAM. A Ana Carolina Miranda, que até a
52 última reunião respondia por essa função, assume a Subsecretaria Administrativa
53 da SEMAD. E a Valéria então chega para compor a equipe conosco. Seja muito
54 bem-vinda, Valéria, a esta sua primeira reunião como secretária executiva deste
55 Conselho.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
56 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu queria trazer algumas
57 questões que estão diretamente relacionadas com a política ambiental, com este
58 Conselho, que a instância maior do Conselho de Política Ambiental do Estado. A
59 primeira delas tem a ver com a questão do acesso à informação ambiental.
60 Reiteradamente, principalmente na CMI, eu tenho levado essas questões, seja
61 inscrita ou através dos pareceres de vista da ProMutuca. Nós entendemos que a
62 questão do acesso à informação ambiental tem tido questões que continuam muito
63 graves. Ainda mais depois que se iniciou o chamado processo de licenciamento
64 híbrido, no qual parte dos documentos está no SEI, outra parte está no SLA, e tem
65 processos que, inclusive, agora também, tem parte dele no SEI. O que acontece?
66 Isso é muito grave no âmbito de uma política ambiental, porque, inclusive, há muitos
67 anos, houve uma ação civil pública movida precisamente para garantir o acesso à
68 informação ambiental, e nós estamos percebendo claramente que tem questões
69 muito graves acontecendo. Eu vou dar aqui um exemplo claro. Acessamos no Siam,
70 conseguimos pelo menos ter os documentos com a data de protocolo, número de
71 protocolo, mas continua a maioria deles ou muitos deles sem poder ter acesso como
72 cidadão. No SLA já se consegue ter acesso aos documentos, mas eles estão sem
73 uma ordem que faz parte de um processo administrativo, com data de entrada e
74 número de protocolo, que estão em uma lista onde, por exemplo, às vezes, damos
75 de cara com 15 onde o nome do documento é Plano de Controle Ambiental, por
76 exemplo, PCA, e para encontrar qual é o documento que é o PCA temos que clicar
77 em cada um para abrir o documento, porque no meio do que está escrito como PCA
78 tem, inclusive, por exemplo, as ARTs ou outros documentos. Ou seja, não existe
79 uma informação sobre o que é cada documento no processo que está dentro do
80 SLA. E no caso do SEI, de 90% das vezes que acessamos como cidadão, os

81 documentos não estão disponíveis, só se tem acesso a uma relação de andamento
82 do que entrou naquele processo de licenciamento. E encerrando este tópico eu
83 quero dar um informe. Eu dei entrada no dia 5 de maio – sou cadastrada no SEI –
84 com um pedido de controle de legalidade junto à Secretaria de Estado. Não consigo
85 acompanhar porque, mesmo sendo a interessada, que dei entrada e formalizei o
86 requerimento, os documentos, após a formalização, é informado no SEI que não
87 estão disponíveis para consulta. Segundo item, que tem a ver com a questão da
88 política ambiental e que nós consideramos grave, é a questão da CMI, a pauta do
89 próximo dia de reunião, 25, tem 15 processos de licenciamento de mineração.
90 Inclusive, o Estado tem ciência de uma ação civil pública do Ministério Público
91 precisamente sobre a questão da CMI. E nós continuamos testemunhando o que
92 chamamos de um rolo compressor gravíssimo em relação ao processo de
93 mineração. E eu acho fundamental informar aqui no COPAM que, na reunião de
94 maio, nós tivemos a primeira Licença Prévia dada a uma barragem de rejeito em
95 Araxá, da CBMM, companhia de nióbio, que violou a Lei Mar de Lama Nunca Mais.
96 E foi apresentado no parecer de vista da ProMutuca, através do conselheiro Bruno.
97 E apesar de todas as alegações, mesmo assim, foi colocado em votação, não foi
98 retirado de pauta. E por que estou trazendo isso ao Plenário do COPAM? Porque
99 nós estamos na instância maior do Conselho de Política Ambiental. Então eu vou
100 querer só finalizar compartilhando, para vocês terem uma noção da gravidade do
101 que está acontecendo, o que aconteceu, em um dos eixos de não cumprimento da
102 Lei Mar de Lama, em uma barragem em Araxá, de grande porte. No Parecer Único
103 da Suppri se coloca o estudo sobre o risco geológico estrutural e sísmico, que é uma
104 das exigências segundo a lei conhecida como Mar de Lama Nunca Mais, que tem
105 que ser apresentado quando da Licença Prévia. O que informa o Parecer Único da
106 Suppri? Que, com fundamento no parecer da Advocacia Geral do Estado de 2017,
107 ou seja, antes da lei, tais planos devem compor os processos de licenciamento, mas
108 não compete ao licenciamento adentrar na análise do mérito do seu conteúdo, visto
109 que tal competência já se encontra definida, que é da Agência Nacional de
110 Mineração. Então o que está colocado por nós? Ora, se apresentar o estudo sobre
111 o risco geológico, estrutural e sísmico é uma exigência para obtenção da Licença
112 Prévia, estabelecida pela Lei 23.291/2019, e se a concessão da Licença Prévia é
113 competência do Sisema, através da CMI/COPAM, como é que não se vai adentrar
114 na análise do mérito do seu conteúdo? Lembrando a todos que na própria Lei Mar
115 de Lama Nunca Mais, que é a Política Estadual de Segurança de Barragens, está
116 claro no seu artigo 4º: ‘O licenciamento e a fiscalização ambiental de barragens no
117 Estado competem a órgãos e entidades do Sistema Estadual de Meio Ambiente.’ Eu
118 trouxe aqui um exemplo só e estou informando a todos que estão nos assistindo, a
119 todos os conselheiros que, apesar de tudo que se colocou em relação a esse
120 processo de licenciamento, mesmo assim não foi retirado de pauta pelo presidente
121 da CMI, foi colocado em votação, e foi concedida a licença, com várias outras
122 questões de descumprimento à Lei Mar de Lama Nunca Mais. Então eu acho
123 fundamental registrar isso no Plenário do COPAM porque nós estamos

124 testemunhando, reiteradamente, muitas questões semelhantes. Eu acompanho
125 mais a CMI, mas também já participei de algumas reuniões da CIF, e é preciso que
126 fique registrada no Plenário do COPAM a gravidade que continua acontecendo no
127 âmbito da informação ambiental e no âmbito dos processos de licenciamento. Isso
128 eu posso falar que na CMI. E eu quero encerrar dizendo que, em relação às
129 barragens também, não se consegue ainda ter uma informação sobre o cadastro
130 das barragens, quais são, como é que elas estão no sistema atual de informação.
131 Eu estou trazendo a realidade da gestão da política ambiental do Estado, que é
132 gravíssima e que continua não tendo um cuidado e um respeito com coisas,
133 inclusive, como a questão das barragens. Eu fiquei surpresa com o nível que
134 extrapolou qualquer limite que foi o licenciamento dessa barragem em Araxá, com
135 questões desse nível, e não adiantou o Bernardo, que é o advogado, o atual
136 representante da ProMutuca, pontuar essas questões no âmbito jurídico, que,
137 mesmo assim, o presidente da CMI não retirou de pauta, assim como já foi feito em
138 outras questões, em outros processos. E um dos motivos do controle de legalidade
139 também teve a ver com o processo de licenciamento, não de barragem, mas com a
140 CPB, com também questões claras de que deveria ter sido retirado de pauta e não
141 foi.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Conselheira Maria Teresa, todos os seus
142 temas colocados estão aqui devidamente anotados. Já acionei o Gabinete e as
143 áreas para identificar e avaliar essa questão do pedido de controle de legalidade
144 que você colocou. Nós vamos responder para você formalmente, publicamente,
145 todas essas questões graves que você coloca. De fato, nós temos a
146 responsabilidade no cumprimento da legislação, todas as nossas ações são nesse
147 sentido, mas, a partir da sua colocação, nós responderemos publicamente,
148 formalmente, todos esses pontos, um a um, que você traz. Eu vou abrir a palavra
149 também à subsecretária Ana Mota, de Licenciamento Ambiental, e ao Renato,
150 presidente da FEAM, que já podem iniciar algum esclarecimento. Mas já volto a
151 dizer, já está aqui anotado pela Secretaria Executiva, a resposta será dada
152 formalmente, por escrito, dada ciência a você e a todos os conselheiros e
153 publicizada a todos que ouvem aqui também esta reunião.” Anna Carolina da Motta
154 Dal Pozzolo/SEMAD: “Com relação às questões trazidas a respeito dos processos
155 levados à CMI, é importante dizer que o Estado de Minas Gerais, a parte de
156 regularização ambiental, se preocupa, intensamente, em buscar, dentro da técnica
157 e da legalidade, o que é correto a ser feito. Então, ao ser levado um processo para
158 ser avaliado em Câmara, esse processo passa por um critério rígido de análise, com
159 pedido de esclarecimento, documentação e estudos. Óbvio que pode haver algum
160 equívoco, que é tratado, inclusive, na própria Câmara. Mas toda a rigidez de análise
161 de processos é levada em consideração para que nós tenhamos certeza do melhor
162 trabalho a ser feito.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “Com relação às informações
163 das barragens, eu queria ressaltar que a FEAM disponibiliza, como sempre tem
164 disponibilizado, via Infraestrutura de Dados Espaciais, a IDE, toda a localização das
165 barragens no Estado de Minas Gerais. Eu queria ressaltar que nós estamos
166 passando por um processo de transição com a publicação do Decreto 48.140, que

167 traz os critérios para reclassificação das barragens, que antes eram utilizadas as
168 Deliberações Normativas do COPAM 62 e 87. E agora, com a publicação do Decreto
169 48.140, a previsão é que as empresas façam essa reclassificação e apresentem até
170 outubro deste ano essa reclassificação. E a partir dessa informação o Sisema
171 disponibilizará essas informações na IDE e nos canais de comunicação que existem
172 no próprio site da fundação. Então hoje é possível identificar, através da IDE Sisema,
173 todas as barragens cadastradas no Estado, com sua classificação e com as
174 informações básicas dessa estrutura, que podem ser acessadas por qualquer
175 pessoa no Estado e fora do Estado. Então a questão da transparência com relação
176 a quais são as barragens e onde elas estão, elas estão divulgadas na Infraestrutura
177 de Dados Espaciais do Sisema.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Então,
178 conselheira, nós faremos a resposta por escrito, de ponto a ponto que você coloca.
179 São apenas esclarecimentos iniciais das duas áreas que você mencionou no seu
180 comunicado.” Daniel da Mota Neri/sociedade civil: “Eu queria começar agradecendo
181 o espaço para participação da sociedade civil em um Conselho tão importante em
182 um momento tão gramático como passamos hoje com relação à expansão das
183 atividades minerárias, com licenciamento sendo feito de forma absolutamente
184 fragilizada e com essa situação das barragens, eu digo uma situação caótica que se
185 encontra hoje no Estado de Minas Gerais. Eu sou professor do IFMG Campus Ouro
186 Preto, tenho atuado junto à comunidade de Antônio Pereira, que é onde tem a
187 instalação da mina de Timbopeba e a barragem de Doutor em nível 2 de emergência
188 atualmente. E venho aqui trazer um relato de onde, por coincidência, vivencio no
189 tempo presente a situação que a conselheira Maria Teresa acabou de relatar. É
190 simplesmente impossível para o cidadão comum, até mesmo a pessoa com um nível
191 de instrução em informática, em internet, com equipamento bom, com internet boa,
192 acessar as informações relativas aos processos de licenciamento, especialmente
193 de barragens. No caso de Antônio Pereira, a barragem de Doutor foi colocada em
194 nível 2 de emergência, aconteceram diversos conflitos relativos a duas zonas de
195 autossalvamento; uma colocada pela empresa e outra colocada pela assessoria
196 independente. E as pessoas passaram e vêm passando por uma situação de
197 extremo sofrimento social, extremo sofrimento psicológico e simplesmente não
198 conseguem acessar as informações. Além disso, Antônio Pereira está sob a
199 instalação de uma obra emergencial. Uma estrada que a Vale pediu para ser
200 construída com a alegação de que seria necessária para construção de um
201 vertedouro da barragem de Doutor. Essa estrada está devastando a serra de
202 Antônio Pereira, que faz parte da zona de amortecimento na nascente do rio das
203 Velhas. Uma área extremamente sensível, já sensibilizada por estar próxima à
204 nascente do Gualaxo do Norte, que já foi atingido inicialmente pelo rompimento da
205 barragem de Mariana. Nós temos na serra de Antônio Pereira importante patrimônio
206 arqueológico, patrimônio histórico, da Fazenda Pitanguí, com relíquias tricentenárias
207 da chegada de Antônio Pereira, um dos fundadores da cidade de Ouro Preto, junto
208 com Antônio Dias. Com visitas do Compatri, com visitas do Codema, o município
209 não teve forças para impedir a instalação desse vertedouro, dessa estrada, com o

210 que eles chamam de bota espera, que está simplesmente soterrando relíquias
211 históricas, que fazem parte, inclusive, do registro do patrimônio histórico de Ouro
212 Preto, uma cidade com reconhecida importância como patrimônio histórico mundial.
213 Eu sou professor, eu tenho algum conhecimento do acesso à informação e
214 simplesmente não consigo estabelecer formas de passar para as pessoas que me
215 perguntam qual é a situação atual dessa obra emergencial. Essa situação de obra
216 emergencial, que já foi tão evidenciada em casos muito complexos, como a obra do
217 muro em Barão de Cocais, o muro ou barreira em Macacos e aquela obra faraônica
218 que foi feita em São Gonçalo do Baçõ, em Itabirito. Então o COPAM tem obrigação
219 legal, moral, de agilizar, isso não pode ser para outubro como a presidente falou,
220 isso é para ontem. As pessoas não conseguem acessar os dados dessas obras que
221 estão sendo feitas na cabeça delas. Existem 5.000 pessoas que moram em Antônio
222 Pereira ao lado do talude, ao lado do maciço da barragem. Então a sensação de
223 impotência, sensação de falta de informação, a sensação de completo abandono
224 pelo poder público das pessoas é cada vez maior, as pessoas estão
225 desinteressadas das ações com o Ministério Público, das reuniões, reuniões com
226 empresa, o que não vem ao caso discutir aqui, mas que também não levam a nada.
227 Então eu estou aqui para fazer um pedido franco, um pedido em nome de muitas
228 pessoas, que falo diretamente por estar envolvido com o município de Ouro Preto,
229 por trabalhar lá e estar ligado ao distrito de Antônio Pereira, para que isso seja
230 regularizado de uma forma clara para sociedade, para que a sociedade possa, por
231 um mecanismo simples, acessar as informações que dizem respeito à sua própria
232 sobrevivência. Muito obrigado pelo espaço. Se for necessário, eu tenho mais
233 esclarecimentos sobre Antônio Pereira e sobre esses conflitos envolvidos com a
234 barragem de Doutor.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Daniel, pela
235 sua colocação. Só fazer uma pequena correção. Eu não mencionei retorno em
236 outubro em nenhum momento. Eu falei que vou retornar publicamente as
237 colocações da conselheira Maria Teresa, e elas ocorreram com a maior brevidade
238 possível. Em relação a acesso à informação, o Diogo até que está também conosco
239 aqui participando, na última reunião ele tinha oferecido à conselheira Maria Teresa
240 um treinamento para acesso a informações no SLA. Não sei se houve. O Diogo pode
241 até mencionar isso. E da mesma forma, professor Daniel, eu vou pedir à
242 subsecretária Anna Carolina que entre em contato com você para entender, de fato,
243 a dificuldade. A transparência é um valor muito caro ao governo Romeu Zema.
244 Inclusive, nós fomos qualificados recentemente como o Estado mais transparente
245 em informações. Da mesma forma é para nós. É um processo para que todos os
246 dados e informações estejam disponíveis, mas hoje nós entendemos que já, a partir
247 de um processo de digitalização do processo de licenciamento, a IDE Sisema,
248 plataforma que busca disponibilizar diversos dados produzidos na área de meio
249 ambiente do Estado, nós ganhamos muito em eficiência e transparência. Então eu
250 já vou pegar o seu contato com a Secretaria Executiva, a partir da sua inscrição, e
251 a Ana Carolina Miranda fará contato com você também. E fique muito à vontade,
252 inclusive, para apresentar as suas sugestões do como melhorar, porque nós não

253 estamos aqui numa posição de que somos donos da verdade e não temos que
254 melhorar, mas também estamos aqui numa posição de defender a legalidade, a
255 lisura e a transparência da forma que nós conduzimos esta Secretaria e este
256 Conselho. Passa ao Renato então a palavra para alguns esclarecimentos iniciais
257 sobre a barragem que você menciona.” trabalho a ser feito.” Renato Teixeira
258 Brandão/FEAM: “A barragem de Doutor, como colocado, é uma barragem nível 2 de
259 emergência. O Sisema tem acompanhado as medidas emergenciais com reuniões
260 periódicas com a empresa e visitas a campo das ações que estão sendo feitas.
261 Algumas dessas obras não passam pela regularização ambiental no nível estadual.
262 São, inclusive, obras que podem ser licenciadas e devem ser licenciadas e
263 acompanhadas pelo próprio município também. Mas o Estado tem acompanhado
264 esses projetos tanto de intervenções emergenciais para melhoria da condição da
265 estabilidade dessas estruturas que estão em nível de emergência quanto dos
266 processos de descaracterização a partir de fiscalizações em campo e identificação
267 de possíveis impactos. Esses fatores são encaminhados para as áreas do Sisema,
268 que tomam as providências. Com relação às denúncias colocadas pelo Daniel,
269 também podemos receber e encaminhar para as áreas, tanto para as áreas do IGAM
270 ou IEF, que também têm interface com essa questão.” Anna Carolina da Motta Dal
271 Pozzolo/SEMAD: “A Regularização Ambiental também se coloca à disposição para
272 qualquer esclarecimento especificamente com relação às questões de acesso à
273 informação. O SLA também é um ponto que fazemos coordenação conjunta. Então
274 nos colocamos também à disposição.” Valéria Cristina Rezende/SEMAD: “Dando
275 prosseguimento ao ‘Comunicados dos Conselheiros’, farei o comunicado sobre a
276 Comissão de Ética da SEMAD. ‘Recentemente, por meio da Resolução SEMAD nº
277 2.971, de 16 de junho de 2020, foi alterada a composição da Comissão de Ética da
278 SEMAD. Como novos membros da comissão, gostaríamos de nos apresentar e
279 colocar a Comissão de Ética da SEMAD à disposição dos senhores conselheiros
280 para orientações, esclarecimento de dúvidas, recebimento de denúncias ou
281 qualquer demanda relativa à nossa competência. Aproveitamos para lembrá-los de
282 que, como membros deste Conselho, os senhores exercem a função de agente
283 público e como tal devem observar o Código de Conduta Ética do Agente Público
284 do Estado, estabelecido pelo Decreto Estadual nº 46.644, de 6 de novembro de
285 2014. Deve ser sempre respeitada a liberdade de expressão de todos os
286 conselheiros, que, por sua vez, devem representar suas entidades com diligência e
287 honestidade, sendo sua atuação pautada pelo respeito com os servidores do órgão
288 ambiental e demais colegas na atividade deste Conselho e pelos princípios éticos
289 que regem nosso trabalho no Estado de Minas Gerais. Recomendamos para isso, a
290 leitura do Código de Conduta Ética, disponível no site do governo.’ Prosseguindo,
291 assistiremos ao vídeo sobre a Ouvidoria Geral do Estado. ‘Ela é o canal de
292 interlocução do cidadão mineiro com o governo do Estado, recebe denúncias,
293 reclamações, sugestões, críticas ou elogios tanto dos cidadãos quanto dos
294 servidores, garantindo o controle social sobre os serviços públicos estaduais.’

295 *(Exibição de vídeo institucional)* Prosseguindo, passaremos o vídeo de divulgação
296 do XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. *(Exibição de vídeo institucional)*
297 Eu vou abrir a palavra para o diretor-geral do IGAM, Marcelo da Fonseca, para os
298 esclarecimentos sobre o simpósio.” Marcelo da Fonseca/IGAM: “Boa tarde a todos
299 os conselheiros. Eu gostaria de reforçar o importante evento que vai ocorrer aqui
300 em Belo Horizonte, nos dias 21 a 26 de novembro. É uma realização conjunta da
301 ABRHidro e do governo do Estado de Minas Gerais, onde o Sisema participa
302 ativamente de todo o processo, da comissão local de organização, e será uma
303 oportunidade para que nós tenhamos outros fóruns, com outros especialistas, para
304 discutir a gestão de recursos hídricos no país. Oportunidade para que Minas, mais
305 uma vez, possa apresentar a sua contribuição na gestão de recursos hídricos,
306 momento em que nós vivemos uma situação de escassez hídrica como estamos
307 vivenciando e acompanhando pelos nossos noticiários. Então eu gostaria de
308 reforçar a todos para participar do evento. E também aos especialistas e estudiosos
309 da área nós temos até o dia 30 deste mês para envio de trabalhos técnicos que
310 poderão ser apresentados ao longo do evento. Então eu gostaria de convidar a
311 todos para acessar o site da ABRHidro, fazer as inscrições. Nós temos lá uma
312 campanha de promoções, de inscrição, orientações de como fazer toda a inscrição
313 e a submissão dos trabalhos.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu
314 queria fazer uma manifestação de inquietação e preocupação. Nós tivemos a
315 manifestação de uma conselheira do COPAM e de um representante da sociedade
316 civil, professor da Universidade de Ouro Preto. Os dois fizeram fortíssimas críticas
317 ao Sistema de Meio Ambiente de Minas Gerais, inclusive e principalmente na
318 questão relativamente a segurança de pessoas. Nós temos como herança dois
319 acidentes recentíssimos que custaram muitas vidas. Paralelamente, funcionários do
320 Sistema de Meio Ambiente designados pela nossa secretária deram um depoimento
321 muito diferente daquele que foi de crítica. Quer dizer, uma posição extrema dizendo
322 que a situação está muito ruim, e outra posição dizendo que não tem nada disso.
323 Eu queria, secretária, se fosse possível, que tivéssemos alguma notícia, ainda no
324 decorrer desta reunião, mais pelo final, a respeito dessa situação. Que eu estou
325 acompanhando pelos jornais a questão da barragem de Ouro Preto. Eu não vi, pelos
326 jornais, essa situação extrema colocada pelo professor. Mas ele está mais perto,
327 conhece da matéria. Enfim, é uma inquietação com que estou. E se eu estou,
328 possivelmente, todos os conselheiros do COPAM estão. E como tem mais pessoas
329 que estão vendo a reunião que não são conselheiros, se houver possibilidade,
330 secretária Marília, eu gostaria de ouvir alguma palavra mais incisiva a respeito
331 desses perigos. E não é perigo qualquer, é perigo de vida. Eu gostaria de fazer essa
332 manifestação. E, se possível, hoje ainda.” Presidente Marília Carvalho de Melo:
333 “Conselheiro Carlos Alberto, está registrado, eu já repassei ao Renato Brandão. Ele
334 vai fazer uma exposição. De qualquer forma, está registrada a sua fala, e o Renato,
335 presidente da FEAM, que é a instituição responsável por acompanhamento da
336 gestão de barragens, lhe dará os esclarecimentos, uma visão geral, ao final da
337 reunião. É importante lembrar também o papel da ANM no acompanhamento da

338 segurança dessas barragens. Mas o Renato vai abordar. Dando continuidade aos
339 vídeos, o último vídeo que gostaríamos de passar, já parabenizando a Fundação
340 Estadual do Meio Ambiente, que fez, recentemente, 32 anos e tem desempenhado
341 uma função importante para a gestão ambiental. E neste momento, especialmente,
342 com essa pauta prioritária que é a gestão de barragens de rejeito, que é a pauta
343 com a qual a FEAM tem se ocupado praticamente em 100% da sua demanda. Então
344 vamos passar o vídeo parabenizando todos os servidores da FEAM e o Renato,
345 presidente, representando todos.” *(Exibição de vídeo institucional)* **4) EXAME DA**
346 **ATA DA 189ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 189ª reunião do
347 Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 10 de março de
348 2021. Votos favoráveis: SEMAD, Seapa, Secult, SEE, Seplag, SES, Seinfra,
349 Sedese, Sede, Segov, SEF, Cedec, Crea, PMMG, MPMG, ALMG, MMA, AMM,
350 ACMinas, Faemg, Fiemg, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Fetaemg, CMI,
351 Abes, ProMutuca, Amda, EPA, Mover, Cefet, Uemg, Ufla, OAB e ABRHidro.
352 Ausências: Ibram e Assemg. **5) LOGÍSTICA REVERSA EM MINAS GERAIS.**
353 **Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).** Alice Libânia
354 Santana Dias, da FEAM, fez apresentação sobre o status atual de implementação
355 dos sistemas de logística reversa em Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi
356 disponibilizado no site da SEMAD. Debates. Conselheira Maria Dalce Ricas:
357 “Obrigada pela apresentação. Diversas situações nos incomodam muito, o que nos
358 levou a solicitar essa apresentação. Uma delas foi que eu tive oportunidade de, em
359 alguns dias, acompanhar uma pessoa internada no Hospital Vila da Serra, que é um
360 dos maiores hospitais, e fiquei impressionada com a quantidade de resíduos que é
361 gerada. Não estou falando de resíduos hospitalares, tipicamente. Vou pegar um bom
362 exemplo: garrafas plásticas de água. E todo dia, de manhã e de tarde, passava lá
363 uma moça trazendo duas ou três ou até mais garrafas, e chegou ao ponto de eu
364 dizer ‘não precisa deixar, que já tem uma garrafa aqui, e eu vou lá no bebedouro e
365 pego’. Algumas delas não aceitavam, abandonavam as garrafas lá, você querendo
366 ou não. Ou seja, o hospital não tem qualquer compromisso com a redução de
367 resíduos. Com a destinação, eu nem falo porque não perguntei. Aí eu fiquei
368 pensando na máquina pública do Estado de Minas Gerais, do Executivo, do
369 Judiciário, do Legislativo, dos municípios. Qual que é o diagnóstico que se tem do
370 consumo de embalagens e o que tem sido feito para redução dentro da máquina
371 pública da destinação, nos processos de licitação, no consumo diário? Eu vejo
372 sempre anunciando ‘estamos tentando, vamos fazer, estamos conversando’, mas
373 gostaria de saber estatísticas. O que aconteceu realmente durante esses anos, o
374 que nós conseguimos reduzir na quantidade de resíduos jogados? Porque você
375 anda nas rodovias, é garrafa plástica para tudo quanto é lado, as estradas estão
376 lotadas de garrafas plásticas cada vez mais. Então a situação realmente assim que,
377 visualmente, não parece que está melhorando. Se você vai comprar uma coisa no
378 Verdemar ou em qualquer outro, quando você fala para a moça que você não quer
379 que coloca na embalagem de isopor, ela fica espantada, não entende por que.
380 Claramente que não há nenhuma política interna tanto de conscientização quanto

381 de oferecer aos consumidores alternativas. Se você for comprar hoje cinco pratos
382 plásticos para um aniversário, você paga, digamos, R\$ 5. Se for comprar cinco de
383 papelão, paga R\$ 25. Isso mostra claramente que não há políticas públicas que
384 estimulem, por exemplo, a fabricação de artefatos de papelão, que é reciclável, e
385 intimidem a fabricação de produtos plásticos e a comercialização. Ou seja, nós
386 estamos enfrentando uma questão realmente assim, estamos trabalhando quase
387 que com 'ah, o setor vai fazer uma proposta', mas eu não estou vendo uma ação
388 realmente ativa do Estado. E vocês que têm competência – nós somos sociedade
389 civil – nesse sentido. A não ser a citação da inversão de ICMS para transporte de
390 produtos eletroeletrônicos, eu não vi menção a nenhuma política pública no sentido
391 de incentivar fábricas que caminhem nesse sentido de redução. Então a minha
392 pergunta é mais ou menos essa. Vou repetir. A FEAM tem um diagnóstico do
393 consumo e do que acontece dentro da máquina pública no que se refere à produção
394 e à possibilidade de redução de resíduos? Outra pergunta: qual é a composição, o
395 tamanho da equipe técnica da FEAM que trabalha nessa área de resíduos?" Alice
396 Libânia Santana Dias/FEAM: "Conselheira Dalce, primeiro agradeço pelo tema, por
397 colocar esse tema em pauta, que é tão caro para muitos de nós, mas que às vezes
398 é um pouco deixado de lado mesmo. O Estado de Minas tem uma política de
399 inclusão de resíduos, inclusive estabelecida em 2009 pela Política Estadual de
400 Resíduos, de priorizar a redução, a não geração de resíduos e o fomento à
401 reciclagem, prioritariamente a outras rotas como aterro ou outras rotas de
402 aproveitamento. Mas nós precisamos de evoluir realmente e avançar com a coleta
403 seletiva e a reciclagem, que eu acho que são os pontos que a senhora está
404 colocando. Essa agenda dos resíduos urbanos está sendo coordenada pela
405 SEMAD, e atualmente está tendo uma grande discussão, e eu acho que um grande
406 avanço em conseguir alavancar esse setor, tanto em termos de destinação
407 adequada de resíduos, mas também de avançar na coleta seletiva e na reciclagem.
408 A senhora comentou também sobre incentivos tributários a empreendimentos que
409 visem à reciclagem. Acho que foi mais ou menos isso, que a senhora não vê um
410 incentivo, a não ser esse para transporte de eletroeletrônicos. Eu não vou ser a
411 melhor pessoa para falar isso, depois podemos solicitar maiores esclarecimentos,
412 mas recentemente o governador Zema até deu essa publicidade, em um evento no
413 Triângulo Mineiro, de um incentivo tributário que abarque a indústria do plástico,
414 fomentando o uso do plástico secundário, o plástico reciclado, no processo
415 produtivo. Nós vimos isso com muito bons olhos, realmente é uma grande notícia
416 para esse setor da reciclagem. Mas, de fato, precisamos avançar na não geração e
417 na redução de resíduos também. Mas atualmente, além dessas ações, a SEMAD
418 está coordenando a elaboração do Plano Estadual de Saneamento, que se
419 confunde, se entrelaça um pouco nessa parte, principalmente, de resíduos de
420 embalagens em geral, estabelecendo metas também de redução e de ampliação da
421 reciclagem para o Estado. A senhora também perguntou sobre números, que
422 gostaria de ver números. Nós podemos trazer também alguns dados estatísticos,
423 mas eu já até imaginava que alguém fosse perguntar e trouxe um slide final que

424 posso deixar aqui. Nós coletamos essa informação nos relatórios de desempenho
425 dos sistemas de logística reversa. Não sei se interessa à senhora e aos demais
426 conselheiros mostrar, mas posso também deixar disponível aqui. Eu não passei
427 porque achei que o tempo já estava muito grande. Aqui tem quantidades coletadas,
428 dados que estão aqui mais antigos, mas nós conseguimos atualizar. Se a senhora
429 precisar, nós podemos atualizar essas informações dos sistemas que já estão
430 implementados e que estão rodando. Nós temos muita dificuldade, de fato, de
431 apurar os dados de embalagens em geral. E por que nós precisamos avançar – foi
432 muito boa a colocação da senhora – nós termos de compromisso para o Estado?
433 Porque muitos dos dados e informações estão informados e especializados para o
434 Brasil e não por Estado e município. Então temos muita dificuldade também de
435 recolher e repassar essas informações. Mas em relação a essas informações
436 quantitativas eu me coloco à disposição para fazer um balanço junto com a equipe
437 e repassar à senhora como estamos nesse sentido. Mas precisamos avançar muito,
438 sim, com certeza.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Alice, você não me respondeu,
439 nós tentamos descobrir telefonando para algumas secretarias e não conseguimos
440 saber: qual é o consumo de embalagens plásticas dentro da máquina pública do
441 Estado?” Alice Libânia Santana Dias/FEAM: “Eu não vou saber falar isso para a
442 senhora aqui de bate-pronto. Dentro da máquina pública, você diz dentro dos
443 prédios públicos, não é? O Sisema o programa Ambientação, que tem dados bem
444 interessantes, e podemos fazer a ponte com a SEMAD e o Ambientação para
445 coletar. Tem até alguns indicadores também de desempenho tanto de geração de
446 resíduos quanto de encaminhamento para reciclagem também. Seria nesse sentido,
447 conselheira Dalce?” Conselheira Maria Dalce Ricas: “O sentido, Alice, é que não
448 podemos exigir da sociedade sem fazer o dever de casa, se o Estado, a máquina
449 pública, não faz o dever de casa, não faz nas licitações, não faz no consumo, não
450 faz na educação.” Alice Libânia Santana Dias/FEAM: “Eu vou até partir em defesa.
451 O programa Ambientação é um programa muito interessante, e eu acho que já foi
452 apresentado aqui.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Está superenfraquecido. Depois
453 que a Miriam saiu, não ouvimos mais falar nele.” Presidente Marília Carvalho de
454 Melo: “A superintendente de Saneamento, Lílian, está aqui conosco representando
455 o subsecretário da área de Saneamento. Aqui na minha frente também vejo a Ana
456 Cristina, que infelizmente o trabalho tinha sido realmente descontinuado. Nós
457 sabemos a importância do Ambientação. Mas na semana passada, a Semana do
458 Meio Ambiente, houve o relançamento do programa, já com adesão de diversas
459 instituições de governo, para retomarmos o programa Ambientação. Talvez a Ana
460 posso dizer quais, eu não lembro aqui de cabeça quais são, mas diversas.” Ana
461 Cristina Silveira/SEMAD: “Nós estamos relançando o programa Ambientação, todo
462 reformulado, com novos guias, novos materiais, uma nova forma de abordagem
463 para enfrentarmos essa situação de pandemia e inicialmente estamos retomando
464 com dez instituições públicas, entre elas Copasa, Epamig, Codemge, Funed,
465 Hemominas, MGI, MGS. E além dessas dez nós temos também como novidade,
466 como a evolução do programa, a assinatura dos termos de compromisso com quatro

467 municípios mineiros, os primeiros quatro que vão implementar esse novo formato
468 do Ambientação. São os municípios de Campo Florido, Nepomuceno, Paracatu e
469 Itapeçerica. Então realmente ele esteve parado, mas agora está completamente
470 reformulado, com sistema de informações, e estamos retomando.” Presidente
471 Marília Carvalho de Melo: “Renato, ainda falta a informação de quantos servidores
472 trabalham com logística reversa. Ela está perguntando no chat.” Renato Teixeira
473 Brandão/FEAM: “Hoje a gerência tem cinco servidores que trabalham com logística
474 reversa, mas não podemos falar que são só esses servidores que trabalham. Como
475 citado pela Ana e pela secretária, a parte de educação ambiental e toda essa área
476 trabalham com ações relacionadas a resíduos, e o próprio Saneamento também. A
477 Subsecretaria de Saneamento tem uma equipe que faz essa interlocução. O que
478 nós trouxemos aqui é especificamente os termos de compromisso, as ações de
479 logística reversa, mas elas têm diretamente interface com ações de educação
480 ambiental e do saneamento. Então, especificamente para esse fluxo que a Alice
481 apresentou, nós temos hoje cinco servidores, que fazem essa articulação e todo
482 esse trabalho com relação a essa questão, mas com interfaces com a área de
483 saneamento e a área de educação ambiental, que são tão importantes para essas
484 implementações.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Eu senti muita fragilidade ou
485 quase ausência total de pensar e planejar políticas públicas que realmente interfiram
486 nessa questão. Eu citei, especificamente, a comparação entre embalagem de
487 papelão e plástico. Ao mesmo tempo em que o Estado anuncia um plano de
488 mudanças climáticas, eu não vejo políticas públicas que incentivem fábrica de
489 reciclagem, a estrutura ainda é insuficiente para o consumidor levar os produtos
490 para reciclar, e eu acho que a redução é um dos fatores mais importantes; a redução
491 e a troca, quando for possível, no caso, de embalagens. Eu fico indignada com isso,
492 quem quiser comprar produtos de papelão paga muito mais caro do que produtos
493 plásticos, não há um estímulo público, não há políticas públicas que estimulem, que
494 seja de uma forma gradual, a substituição ou diminuição drástica de uma coisa pela
495 outra. Eu sei que há muitos casos em que o plástico é necessário, mas há muitas e
496 muitas coisas em que ele pode ser substituído por papelão.” Presidente Marília
497 Carvalho de Melo: “Ok, conselheira Dalce, nós vamos fazer uma discussão, a partir
498 das suas observações, internas com a Fundação Estadual do Meio Ambiente para
499 pensarmos em estratégias mais efetivas para essa ação.” Alice Libânia Santana
500 Dias/FEAM: “Me permita só reportar, o governador Zema lançou, em abril deste ano,
501 um programa de incentivo tributário para o setor de reciclagem de plástico – foi
502 lançado no Triângulo Mineiro – e também a redução da tributação para cooperativas
503 de catadores de materiais recicláveis. Então nós achamos que haverá, sim, um
504 avanço importante nessa área.” Conselheiro Mário Ferreira Campos Filho: “Esse
505 tema é um tema importantíssimo. Eu queria só dizer que nós da indústria temos uma
506 preocupação muito grande. Um termo que sabemos que é muito usado hoje, a
507 economia circular, está hoje no nosso DNA, está sendo muito debatido, discutido, a
508 federação tem feito uma série de ações para envolver as empresas na ideia da
509 economia circular. E todos esses itens – falamos de reciclagem, de utilização dos

510 resíduos, até do design dos produtos que levam a menor utilização dos recursos –
511 fazem parte desse importante tema que está sendo muito debatido e discutido
512 internamente nas empresas. Acredito que a legislação já gerou uma série de
513 produtos que seriam de maior impacto, e ainda tem o dever de casa para ser feito.
514 Como a própria Alice colocou, algumas coisas precisam avançar. E me preocupa
515 muito a questão da embalagem geral, primeiro porque envolve toda a economia.
516 Estamos passando por uma pandemia, tem muita gente com muita dificuldade. Nós
517 vimos nos últimos meses um crescimento muito forte do preço dos insumos,
518 insumos plásticos, insumos em geral, e obviamente isso tem impactado muito os
519 custos industriais. E eu não vejo também essa mesma legislação, no caso de
520 embalagem geral, sendo utilizada em todos os Estados do Brasil. Até uma pergunta
521 que eu faria à própria Alice. Eu não sei se ela teria esse conhecimento. Ela citou
522 São Paulo, Mato Grosso. Se tem conhecimento, além desses dois Estados, de
523 outros Estados que também estão utilizando ou exigindo também recolhimento de
524 embalagem geral. Então eu só pediria e sei, secretária, que você é muito ponderada
525 sobre esse tema, que a gente debata realmente com muita profundidade essa
526 questão da embalagem geral, para que não prejudiquemos ainda mais este
527 momento. E citar, obviamente, que o período de pandemia e a mudança dos hábitos
528 das pessoas neste momento, na busca, por exemplo, maior por produtos
529 descartáveis, não temos, infelizmente, neste momento, outra alternativa. Então isso
530 tem gerado, obviamente, uma quantidade de resíduos um pouco maior. Mas
531 também tenho visto nas ruas a percepção de que a sociedade tem visto o seu papel.
532 Aqui em Belo Horizonte mesmo tem aqueles contêineres verdes em vários bairros.
533 Diariamente, eu vejo pessoas parando o carro, colocando ali todo os seus produtos
534 que são recicláveis para recolhimento. Então também temos que parabenizar esse
535 tipo de ação, que acreditamos, inclusive, que aquele material reciclável que está
536 sendo recolhido está sendo levado a uma destinação correta. E no caso da
537 reciclagem sempre se discute, não é só aqui em Minas, mas em qualquer área, que
538 nós temos impostos de toda natureza, o grande problema hoje é a questão da
539 bitributação. Isso precisa realmente ser solucionado. Eu sei que o governo de Minas
540 empenha-se nesse sentido, mas é muito importante resolver esse problema da
541 bitributação para que incentivemos ainda mais essa economia circular em
542 segmentos. Então estamos à disposição para debater, mas, no caso de embalagem
543 geral, é uma preocupação que precisamos aprofundar e ter muito cuidado para que
544 não avancemos muito mais do que podemos e que, inclusive, a própria FEAM
545 consegue administrar. Nós temos, pela legislação, algumas prioridades que ainda
546 não temos uma solução final. Então essas são as minhas considerações.”
547 Conselheiro Cleinis de Faria e Silva: “Eu queria parabenizar, de fato, a apresentação
548 da Alice. Nós sabemos do empenho dela para levar o assunto adiante. É um assunto
549 que é operacionalmente complexo, um tema instigante, passa também por mudança
550 de cultura, passa pela educação ambiental, passa por incentivos tributários, passa
551 pelo que a própria Dalce disse, com o exemplo do Estado, com troca e substituições
552 de material. Então é um assunto que não se resolve em curto prazo, mas nós temos

553 que caminhar e avançar os degraus necessários para alcançar a melhoria e a
554 qualidade ambiental. E aí, Alice, como você citou, a Associação Comercial também
555 se coloca à disposição para também articular com outras entidades congêneres,
556 como a Federaminas, a Federação do Comércio, para que também a parte do
557 comércio dê a sua contribuição. Inclusive, fazemos uma proposta de realizarmos um
558 evento conjunto com a Associação Comercial e levar esse tema para dentro da
559 instituição, e que também possa pulverizar para os associados. Então me coloco à
560 disposição, e vamos levar o tema adiante. Parabéns pela apresentação.” Renato
561 Teixeira Brandão/FEAM: “Como colocado pelo conselheiro Cleinis, esse é um
562 assunto bem complexo, que passa por várias áreas. Nós tentamos aqui trazer as
563 evoluções que o Estado e o Brasil trouxeram nesse tema. Tem algumas discussões
564 ainda para acontecer. Eu queria ressaltar a questão que estamos dividindo por
565 etapas, como a Alice colocou, e a nossa prioridade é um encaminhamento daqueles
566 resíduos que foram definidos pelo próprio Conselho como os resíduos prioritários
567 para o Estado, mas nós temos evoluções e resíduos que não estavam dentro do
568 escopo da deliberação de 2013 e entendemos que com uma serenidade
569 conseguimos avançar em alguns tipos de resíduos, algumas cadeias que
570 conseguiram essa evolução, sempre pensando nessa associação com o comércio,
571 que é um fator importante, e a própria indústria e os importadores. Então nós
572 pretendemos, sim, cumprir aquela primeira etapa colocada pela Alice, mas estamos
573 também de olho e abertos aos outros resíduos que conseguiram uma evolução
574 independente das determinações, pegando a oportunidade dessas evoluções com
575 resíduos específicos, em que conseguimos fazer essa associação entre o que a Alice
576 colocou, os comerciantes, os importadores e os próprios consumidores, que são
577 também um fator importante. Então eu queria fazer essas colocações, e estamos à
578 disposição para qualquer evento e qualquer discussão no âmbito da logística
579 reversa ou da economia circular. Cleinis, nós podemos fazer um evento para levar
580 essa discussão para o comércio, que sempre se mostrou também muito aberto a
581 essa discussão.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Renato. Já que
582 você vai ter que se ausentar da reunião, eu já vou pedir, por favor, que faça os
583 esclarecimentos sobre a questão do acompanhamento de segurança de barragens
584 sob responsabilidade da Fundação Estadual do Meio Ambiente.” Renato Teixeira
585 Brandão/FEAM: “Retornando à questão das barragens, a Lei 23.291 trouxe a
586 responsabilidade para o Estado de um acompanhamento dessas estruturas. Então
587 a FEAM vem trabalhando constantemente na regulamentação da lei. Tivemos,
588 recentemente, dois decretos, o 48.140 e o 48.078, que versam sobre as questões
589 de plano de ação de emergência, os critérios para esse plano de ação de
590 emergência, e a reclassificação das barragens e todas as ações para essa
591 reclassificação, inclusive do programa de gestão de barragens do Estado, que é o
592 único Estado que tem um programa diferenciado, além do que previsto na legislação
593 federal. Com relação a essas barragens, a FEAM tem intensificado as fiscalizações.
594 No ano passado, nós tivemos um número recorde de fiscalizações, foram 375
595 estruturas fiscalizadas. Este ano, nós também temos metas de fiscalização intensiva

596 a todas as estruturas do Estado. E temos acompanhado as obras. E aí precisamos
597 fazer uma diferenciação. O acompanhamento das barragens tem sido feito para
598 todas as estruturas, e não podemos focar só as barragens, por exemplo, de
599 montante, mas temos um acompanhamento diferenciado tanto para estruturas que
600 têm a previsão de descaracterização das barragens até o ano que vem, que são as
601 barragens de montante; essas estruturas têm que apresentar um termo de
602 referência que foi elaborado com o comitê de especialistas, as empresas foram
603 oficiadas; e nós temos dentro desse termo de referência uma preocupação muito
604 grande com relação à execução da obra, que possa acontecer dentro de um prazo
605 razoável sem aumentar riscos para a sociedade de forma geral. Nós tivemos, a partir
606 do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, também um acionamento de
607 situações de emergência com relação às barragens no Estado, a várias barragens
608 no Estado. Hoje o Estado já tem um protocolo definido, criado a partir da sua
609 resolução que regulamenta o Decreto 48.078, em que a partir do acionamento do
610 nível de emergência dessas barragens o empreendedor é obrigado a apresentar um
611 plano de ação de como vai melhorar a condição daquela barragem e também ações
612 de controle e mitigação para eventuais danos que possam acontecer tanto às
613 pessoas quanto aos recursos hídricos, fauna e flora. Esse trabalho é realizado em
614 conjunto com IGAM, IEF e a própria Secretaria. E já existe na resolução uma série
615 de documentos e informações que essas barragens têm que trazer ao Estado, para
616 que o Estado esteja preparado para acompanhar as obras que vão ser feitas, as
617 intervenções para melhoria da qualidade e da segurança da barragem, e preparado
618 também para uma resposta em um eventual rompimento. Essa resolução traz essas
619 regras. Nós acompanhamos, junto com as equipes do IGAM, do IEF e da SEMAD,
620 a apresentação dessas informações. E qualquer barragem que esteja em nível de
621 emergência tem uma série de estudos e acompanhamentos que precisam ser feitos
622 para que o Estado possa atuar na eventualidade de um desastre. Temos
623 intensificado as questões de fiscalização nessas estruturas em nível de emergência.
624 Nas estruturas de nível de emergência, principalmente estruturas de nível 2 e nível
625 3, há uma série de restrições de acesso de forma geral, a todos, inclusive aos fiscais.
626 Então estamos também modernizando a forma de fiscalizar, utilizando as
627 tecnologias para acompanhar essas estruturas, mas essas obras têm um risco
628 adicional, e esse acompanhamento tem que ser diferenciado. Então todas as
629 estruturas no Estado que estão em nível de emergência têm o acompanhamento do
630 que está sendo feito e principalmente o monitoramento e o acompanhamento das
631 questões ambientais do entorno da estrutura que podem ser impactadas com um
632 eventual rompimento. Esse é o trabalho que a FEAM tem feito, juntamente com todo
633 o Sisema. E nós acreditamos que, sob os aspectos ambientais, essas questões têm
634 sido bem acompanhadas. Temos também – eu não poderia deixar de citar – a
635 participação da Defesa Civil. A Defesa Civil do Estado de Minas Gerais tem
636 acompanhado todas as evacuações do Estado – a comandante Gracielle pode falar
637 sobre essa questão – e tem sido um parceiro, principalmente nas evacuações e na
638 comunicação com a população. Da mesma forma como o Sistema de Meio

639 Ambiente, a Defesa Civil também definiu regras claras para os empreendedores e
640 para essas evacuações que eventualmente acontecem nessas estruturas. Essa é a
641 organização que nós temos do Estado nesse acompanhamento das barragens em
642 Minas Gerais. Eu não sei se fui claro com o conselheiro Carlos Alberto, mas o recorte
643 que nós queríamos dar aqui é esse. Conselheiro, nós estamos acompanhando.
644 Essas obras são obras de grande volume, e há um acompanhamento do Estado e
645 o monitoramento dessas obras com todas as dificuldades que existem nessas
646 regiões.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu queria abrir a palavra também
647 para a representante da Defesa Civil, porque o Carlos Alberto coloca a preocupação
648 de uma situação atual, e reforçando também o que o Renato disse do papel da
649 Defesa Civil na ação durante emergências.” Conselheira Mônica Dietrich: “Com
650 relação ao questionamento do conselheiro e à explicação do Dr. Renato, da FEAM.
651 A Defesa Civil atua conforme legislação. Tem a legislação federal, que fala que a
652 Defesa Civil Estadual atua em sobreposição de esforços junto ao município, e ela
653 acompanha, sim, nós temos acompanhado quando se trata de evacuação. A
654 evacuação, em nível 3, é obrigatória dado o risco eminente, então utilizamos,
655 inclusive, a questão do perigo para não parar a nossa ação de fazer a retirada
656 obrigatória das pessoas quando ocorre a declaração de nível 3 de emergência.
657 Quando ocorre a declaração de nível 2 de emergência, essa evacuação é em caráter
658 preventivo, então é uma evacuação mais planejada, é prolongada, existe uma
659 negociação entre empresa, município, pessoa, e a Defesa Civil participa
660 intermediando essas negociações, visto que no nível 2 de emergência não há
661 previsão legal para fazermos uma retirada compulsória da pessoa. Em nível 1 de
662 emergência não se fala sequer em evacuação de emergência. Para tentar explicar,
663 na ZAS de certos empreendimentos, em nível 2 já é realizada evacuação, em outros
664 empreendimentos somente em nível 3. Na ZSS, essas ações têm que ser em
665 parceria do empreendedor e do município. A Defesa Civil, nesse caso, estadual,
666 entra em complementação a esse esforço do município e caso o município acione.
667 Porque ao Estado não é dada autoridade de intervir no município sem que o
668 município queira, solicite essa intervenção. De repente agora com a lei, com os
669 decretos decorrentes da lei, com as resoluções da Secretaria de Meio Ambiente,
670 com a instrução técnica que foi publicada pela Defesa Civil, pelo Gabinete Militar do
671 Governador, para regulamentar todo esse processo de licenciamento, de PAEBM,
672 as coisas vão ficar um pouco mais claras, inclusive, para a população, visto que há
673 obrigatoriedade de a empresa divulgar mapas de inundação. O processo, como bem
674 disse o Renato, da FEAM, é um processo que escrevemos com muito zelo para dar
675 total transparência ao município na questão da renovação da licença e na questão
676 até de atualização do PAEBM. No caso da Defesa Civil, nós ficamos com a
677 atualização do plano de ação de emergência, que vai ser realizado a cada três anos.
678 E nesse procedimento de atualização do plano de ação de emergência nós tivemos
679 o zelo de colocar que a empresa faça esse contato mais próximo com a comunidade.
680 Eu não sei se consegui responder o questionamento do conselheiro. Estou à
681 disposição caso ele tenha mais alguma pergunta.” Conselheiro Alexandre Valadares

682 Mello: “Eu gostaria de pontuar duas considerações em relação ao que foi falado pela
683 conselheira Maria Teresa, no início da reunião, e pelo professor Daniel Neri e, na
684 sequência, pelo conselheiro Carlos Alberto, que é legítima a sua preocupação. Mas
685 primeiramente deixar claro que eu gostaria de enaltecer e valorizar muito o trabalho
686 das análises técnicas das equipes técnicas da SEMAD nos processos de
687 licenciamento ambiental. Uma vez dito isso, eu vejo que se processos relacionados
688 à mineração entraram para a pauta e para votação na câmara específica de
689 Mineração foi justamente porque eles passaram pelos critérios técnicos, por todas
690 as avaliações por parte do órgão ambiental. Quanto à questão de segurança
691 jurídica, ela é muito importante para ambos os lados, tanto para a SEMAD quanto
692 para as empresas. Ou seja, se chegou até esse ponto de ir para uma votação é
693 porque realmente está no momento de ir para votação. E o segundo ponto que eu
694 gostaria de ressaltar é que o setor mineral brasileiro tem passado por uma
695 transformação muito grande em relação aos compromissos. E foi até explicitado na
696 carta de compromisso perante a sociedade lançada em setembro de 2019, em que
697 12 grandes temas elencados pelo setor estão sendo analisados, colocados os
698 planos de ação para atender as melhorias sempre constantes nesse trabalho. E em
699 relação ao prioritário desses 12 temas é a questão da segurança operacional. Aí
700 entra a parte de segurança de barragens, das estruturas, de processos, e nisso o
701 setor tem dado um grande avanço, e anualmente será reportado durante o evento
702 da Exposibram o andamento dessas ações. Eu gostaria de pedir desculpa, estive
703 ausente aqui, por alguns momentos, desta reunião justamente porque hoje e
704 amanhã nós estamos com grande evento do Ibram falando sobre vários assuntos
705 relacionados à mineração. Inclusive, agora às 17h, tem um painel sobre gestão de
706 barragens de rejeitos. Também temos discutido a questão da segurança e gestão
707 de riscos e recuperação de áreas degradadas. Ou seja, o setor realmente está se
708 transformado para melhor, obviamente, com toda a parte de segurança e diálogo
709 junto com as comunidades para que não tenhamos mais o tipo de ocorrido que nós
710 já vivemos aqui em Minas Gerais.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Agradeço,
711 Alexandre, a sua fala. Tem uma pergunta da conselheira Maria Teresa, que eu vou
712 passar ao Renato para que ele possa responder, por favor.” Renato Teixeira
713 Brandão/FEAM: “Conselheira Maria Teresa, a barragem de Doutor foi uma das
714 fiscalizadas pela equipe da FEAM, até porque ela se encontra em nível 2 de
715 emergência. E a disponibilização dos autos e relatórios pode ser feita pelo e-mail do
716 Núcleo de Gestão de Barragens. Eu vou colocar pedir para a equipe colocar no chat
717 dos senhores. Podem ser disponibilizadas todas as fiscalizações que foram feitas.
718 A partir da publicação da lei e até do lançamento do Sistema de Informações de
719 Gerenciamento de Barragens (Sigibar), a ideia é que esse sistema traga as
720 informações das fiscalizações também de forma online para que todos tenham
721 acesso à última fiscalização que foi feita e ao status da barragem. Nós estamos em
722 processo de contratação de uma empresa que vai desenvolver esse sistema, mas
723 a pretensão da FEAM e do Estado é que essas informações sejam divulgadas no
724 próprio sistema, ao qual terá acesso a sociedade de forma geral.” Presidente Marília

725 Carvalho de Melo: “Há uma outra pergunta no chat direcionada à major Mônica.
726 Major Mônica, se você puder, por favor, responder.” Conselheira Mônica Dietrich: “A
727 pessoa perguntou por que as pessoas não puderam voltar para suas residências
728 após o nível da barragem ter voltado a 1, em que não compete evacuação. Acontece
729 que a barragem está em processo de descomissionamento. Por esse motivo, foi
730 acertado no município que as pessoas não retornariam até o total
731 descomissionamento da barragem.” Conselheiro Alexandre Valadares Mello: “Eu
732 gostaria só de complementar e fazer uma sugestão, secretária e conselheiros. Se
733 possível, na próxima reunião do COPAM ou na seguinte, na subsequente, o Ibram
734 poder fazer uma apresentação do setor mineral em relação às ações que as
735 empresas estão fazendo, especificamente aqui de Minas Gerais, no caso, que
736 estamos aqui no COPAM de Minas, sobre essas ações de melhoria sobre a questão
737 das barragens, para que possamos dar conhecimento para este fórum dessas
738 tratativas. Fica essa sugestão, secretária, se possível, na próxima ou na seguinte.”
739 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Conselheiro Alexandre Mello, nós
740 agradecemos muito essa sua proposta. De fato, mostra o interesse do setor em dar
741 transparência às ações. Então eu já peço à Secretaria Executiva que pautar na
742 próxima reunião uma apresentação sobre as ações que estão sendo realizadas para
743 segurança de barragens pelo setor.” **6) PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO**
744 **AMBIENTAL - PRA. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** Thiago
745 Cavanelas Gelape, do IEF, fez apresentação sobre a implementação do Programa
746 de Regularização Ambiental (PRA) no Estado de Minas Gerais. O conteúdo da
747 exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Debates. Conselheiro Pedro
748 D’Angelo Ribeiro: “O PRA é um programa que a gente vem planejando há muito
749 tempo, e a Seapa, como diretora da política da agricultura e suas vinculadas,
750 Emater, Epamig, é um ator que é entusiasta dos efeitos do PRA. Por quê? Porque
751 ele traz o benefício diretamente de volta para o produtor, permite que o produtor
752 mantenha suas áreas consolidadas de produção ao mesmo tempo em que vai
753 permitir a realização da recomposição da vegetação que foi suprimida até 2008 e
754 em outros lugares com uma condição mais interessante e uma possibilidade de
755 ganho ambiental ou de ganho ecológico. Além disso, é benéfico para os pequenos
756 produtores que, com suas propriedades de 2 ou 3 hectares, não teriam como fazer
757 a recomposição sem perder uma área produtiva muito importante para sua própria
758 sobrevivência. Mas não só isso, eu acho que com a adesão de Minas Gerais e
759 comemorando o entendimento assinado com o Reino Unido nesse sentido, com as
760 metas de descarbonização estabelecidas, o grande carro-chefe, a grande mudança
761 que vai ser promovida vai ser trazida dentro do âmbito do Programa de
762 Regularização Ambiental. E por que isso? Porque, quando falamos sobre os
763 maiores emissores de gases estufa, o setor de floresta e de agricultura – e a
764 pecuária, muitas vezes, é um setor com um nível de emissões muito alto –, é muito
765 difícil que a gente reduza e tenha a mitigação de emissões. Claro, você pode mudar
766 a dieta do gado para que ele emita menos metano, pode transformar os dejetos em
767 biodigestores, mas ainda assim o impacto disso é marginal frente ao volume de

768 emissões que o setor de pecuária tem feito. Então o grande desafio talvez seja como
769 reduzir a emissão de gases estufa no setor do agro, no setor rural, sem que haja um
770 estrangulamento da produção, sem que haja uma redução do potencial. E a saída,
771 é claro, está na neutralidade de carbono, no balanço. Se você não consegue reduzir
772 tanto as emissões, você precisa sequestrar carbono. E como se sequestra carbono?
773 É recompondo a vegetação, recuperando pastagem degradada, criando sistemas
774 integrados de lavoura, pecuária e floresta e outras tecnologias que temos de
775 agricultura de baixo carbono, que se integram muito bem com a recuperação
776 florestal promovida pelo PRA. Além disso, em parceria com o IEF, a Seapa tem
777 outras iniciativas no forno que vêm em breve para complementar essa possibilidade
778 de pagamento por serviços ambientais e por remunerar aquele produtor rural,
779 aquele que decide por preservar uma área maior da sua propriedade ou por
780 recompor uma área maior de vegetação e cuidar daquela área e manter o cuidado.
781 Então temos que parabenizar por essa iniciativa por como o PRA tem crescido e
782 voltar a colocar o Sistema Agricultura à disposição para que consigamos avançar
783 nessa política tão importante para nós, ainda mais considerando o cenário atual que
784 temos de mudança climática.” Conselheiro Luís Antônio Coimbra Borges: “Thiago,
785 obrigado pela apresentação. Eu agradeço o entusiasmo, a sua motivação com o
786 tema PRA, é muito bacana ver isso de você e do IEF, que vocês estão bastante
787 entusiasmados com esse trabalho. Eu tenho quatro pontos que gostaria de contribuir
788 com o IEF para a solução desses gargalos que vimos durante a fase de cadastro. A
789 questão da assinatura de responsabilidade técnica, pelo que eu vi, não vai ser
790 exigida pelos PRAs, que vai ser uma proposta simplificada de regularização
791 ambiental, com base no WebAmbiente, que está sendo construído pela Embrapa e
792 que vai ser utilizado e integrado à plataforma. Então eu acho que nós temos que
793 tomar bastante cuidado com isso porque podemos depois ter problemas no
794 momento da fiscalização. Então se o Estado pudesse talvez fazer um plano de
795 assistência técnica, treinamento de cooperativas, sindicatos rurais, para que possa
796 ter uma qualidade melhor desses planos, possamos ter mais efetividade nesse
797 instrumento, que pode ser mais bem implementado. E um outro ponto, que eu
798 gostaria só de sugerir também – eu acho que vocês já devem estar trabalhando
799 nisso, mas queria saber o que vocês estão planejando – é com relação às
800 compensações em unidade de conservação das reservas legais que estão
801 pendentes nas propriedades. Nós sabemos que tem uma pendência de
802 regularização fundiária muito grande das unidades de conservação, principalmente
803 as de proteção integral, e talvez este seja o grande momento para fazermos essa
804 regularização e atuar mesmo de forma a proteger o meio ambiente, mas que seja
805 também na mesma bacia ou na mesma região, que seja um trabalho bem planejado.
806 Talvez este seja o momento de o IEF voltar a assumir aquele protagonismo de
807 aproximação com o produtor rural. O IEF assumiu, nos últimos tempos, um caráter
808 punitivo, repressivo, muito forte e muitas vezes não muito bem-vindo dentro da
809 propriedade rural. Então agora é o momento de talvez dar a volta por cima e
810 aproveitar essa motivação sua, a motivação do órgão para que possamos trazer o

811 IEF com protagonismo maior dentro da propriedade, com assistência técnica de
812 qualidade, e possamos ter mais efetividade para fazer com que o Código Florestal
813 seja implementado.” Thiago Cavanelas Gelape/IEF: “Exatamente o que nós
814 queremos. Nós entendemos que é difícil, vamos ter que fazer uma articulação
815 gigantesca para conseguir fazer isso que eu chamo de grande engrenagem com
816 várias partes. Esse entusiasmo que você está falando que eu tenho, eu tenho
817 sentido em todo mundo onde apresento isso, o pessoal está acreditando, é uma
818 agenda em que nós acreditamos muito também. E nós vamos fazer o que for
819 necessário em termos de parcerias para poder botar isso para andar, principalmente
820 nessa parte que eu falei da assistência técnica, que tem que ter, porque é uma
821 agenda muito técnica mesmo e pouco difundida e conhecida. Não é como na
822 agricultura, por exemplo, em que você tem às vezes um conhecimento, o produtor
823 já tem aquele conhecimento que teve do pai, do avô e sabe fazer aquilo. Com a
824 restauração e recuperação é diferente. Então nós vamos buscar cada vez mais essa
825 questão da assistência ao produtor, vamos buscar cada vez mais a questão da
826 recuperação passiva. Onde houver o potencial de fazermos aquela regeneração
827 natural, com menor intervenção para baixar o custo, para ter o resultado maior com
828 menor custo, nós vamos também procurar essas ferramentas. Essa parte das ARTs
829 de que você falou, da qualidade do projeto técnico, nós também vamos buscar na
830 forma dessas capacitações, desses manuais. O nosso manual ficou muito bom, na
831 forma de orientação dos produtores, formas de recuperação, os cuidados após a
832 recuperação. E também com a nossa estrutura descentralizada, com nossos
833 escritórios regionais, vamos tentar também suprir essa demanda. Vão ser polos
834 onde eles vão poder tirar as dúvidas. E também através daquelas ações que sempre
835 fizemos, como dias de campo, principalmente para essa aproximação com os
836 produtores. Nós vamos tentar retomar isso para retomar essa ponte com eles.”
837 Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “Só complementando, em relação às
838 capacitações, já estamos trabalhando junto à Emater e à Seapa para levar essas
839 capacitações o mais breve possível para os produtores rurais para que a gente inicie
840 e avance na implementação do PRA. Primeiramente foram capacitadas as próprias
841 equipes internas do IEF, recentemente, por meio do trabalho, inclusive, da
842 WebAmbiente, e agora vamos levar isso para os produtores rurais. Conforme o
843 Thiago demonstrou, a plataforma WebAmbiente é muito dinâmica, de fácil acesso e
844 nos traz uma segurança dentro do que é preconizado nos PRAs simplificados. Então
845 nós temos muita tranquilidade em relação a esses materiais fruto dessas
846 capacitações e treinamentos que vão ser passados para que validemos, a partir
847 dessas ferramentas. E depois da análise, se for verificado algum outro déficit, que
848 se faça a complementação, conforme o Thiago também colocou. Aproveitando
849 também, conselheiro Luís, em relação às compensações, nós estamos também
850 dentro do IEF já preparando um grande banco de dados de todas as áreas
851 degradadas existentes nas nossas unidades de conservação. É um trabalho que já
852 está em andamento. Nós devemos, nos próximos meses, publicar essa camada,
853 inclusive, na nossa IDE. Então para facilitar para todos os empreendimentos,

854 produtores, que tenham, principalmente, compensações devidas, que possam
855 cumprir com as suas obrigações com a recuperação dessas áreas degradadas nas
856 nossas unidades de conservação.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:
857 “Thiago, a minha primeira palavra a respeito da sua apresentação é de parabéns. O
858 tema tem sido muito discutido e estudado interna corporis das entidades. Aqui na
859 Faemg nós falamos de CAR e de PRA todos os dias, e aí no IEF também, e você
860 transformou uma apresentação de números e situações técnicas num negócio leve,
861 fácil de entender e fácil de ouvir. Eu estou dizendo isso não é só para te elogiar, eu
862 estou dizendo isso porque hoje pela manhã eu participei de uma outra reunião, onde
863 estava presente uma alta autoridade do Serviço Florestal Brasileiro, e uma das
864 coisas que ele falou é que esse conjunto de procedimentos composto pelo CAR e
865 pelo PRA tem que ganhar credibilidade nos meios ambientais, nos meios
866 econômicos e nos meios políticos para que o Código Florestal seja efetivamente
867 implementado neste país. Nós sabemos que o último Código Florestal, de 64, não
868 foi implementado, trouxe mais trabalho, trouxe mais dificuldades do que soluções.
869 E na hora que ele coloca essa credibilidade desse conjunto de procedimentos do
870 CAR e do PRA essa credibilidade vai ser atingida quando temos oportunidade de
871 ouvir uma apresentação igual à sua, quando temos oportunidade de saber que esse
872 manual de recuperação foi produzido e está à disposição. Então, na realidade, o
873 CAR está tirando da antiga situação de criminoso ambiental milhares de produtores
874 rurais no país todo, aqui em Minas, em regiões como o Sul de Minas, onde tem a
875 cafeicultura. A Faemg está se sentindo aliviada quando vê, ainda que com muito
876 atraso, que a implementação do PRA está andando. Nós ouvimos hoje também,
877 pela manhã, uma apresentação sobre a análise dinamizada do CAR, em que
878 tivemos a oportunidade de perceber que muitos dos defeitos quando da elaboração
879 do cadastro poderão ser corrigidos. A Faemg tinha umas três ou quatro questões
880 complicadas, mas que estão sendo encaminhadas, e com isso nós vamos ter,
881 efetivamente, um instrumento de utilidade ambiental que nunca nós vimos neste
882 país. E só para repetir, para quem está nos ouvindo, o PRA será hoje um dos
883 maiores programas de recuperação ambiental do mundo, isso vai gerar recuperação
884 do meio ambiente, vai gerar emprego, vai gerar renda e vai gerar, finalmente, a
885 situação do produtor rural resolvida do ponto de vista ambiental. Parabéns a você,
886 parabéns ao IEF, e vamos que vamos. E a Faemg continuará sempre sendo parceira
887 e pronta a colaborar com as autoridades ambientais. Parabéns.” Thiago Cavanelas
888 Gelape/IEF: “Obrigado, Carlos, sem essa parceria não vamos conseguir, de fato.
889 Sem vocês não saímos do lugar. Para conseguir a conciliação dessa agenda, a
890 harmonização dessa agenda, nós precisamos muito de você e dos parceiros.
891 Obrigado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu queria também falar, Carlos
892 Alberto, que ficamos muito felizes com a sua manifestação. Foi amplamente
893 divulgado na semana passada, em comemoração à Semana Mundial do Meio
894 Ambiente, ao dia mundial, o governador assumiu um importante compromisso
895 público que é a adesão à campanha ‘Race to Zero’, que assume então a
896 neutralização entre a emissão de gases de efeito estufa e a captura. E sabemos que

897 a implementação do PRA no Estado de Minas Gerais tem um papel central nesse
898 processo. Esse trabalho tem sido conduzido pelo Instituto Estadual de Florestas com
899 muito cuidado, com muita eficiência, e agora na implementação nós teremos bons
900 resultados para o produtor rural, para o Estado de Minas Gerais, para a Política de
901 Mudança do Clima, para a qualidade ambiental no Estado. Então agradecemos
902 muito essa parceria. Thiago, parabéns pela forma que você expôs, didática, para
903 explicar a todos os conselheiros e a todos que nos ouvem os próximos passos a
904 partir da publicação do decreto pelo governador, que nós estamos com o IEF
905 trabalhando para implementação. E informar que o manual foi disponibilizado no
906 chat para download de todos os conselheiros.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF:
907 “Carlos Alberto, como o Thiago colocou, nós contamos muito com a Faemg,
908 principalmente para essas próximas capacitações, para que atinja um público maior
909 para início da execução e implementação do PRA. A conselheira Maria Teresa
910 colocou duas perguntas aqui no chat. Uma se refere aos passivos, como se verificar
911 se aquele proprietário tinha ou não tinha passivo antes de 2008. Logicamente, como
912 primeiro momento, as informações que são prestadas são autodeclaratórias, mas,
913 no momento da análise e da validação, isso será checado por meio dos próprios
914 sistemas inerentes a esse procedimento, assim como outras imagens de satélite,
915 outras ferramentas que podem também ajudar nessa verificação. Como eu disse, o
916 proprietário rural pode iniciar a execução do PRA. Entretanto, na hora que chegar
917 ao momento de análise do CAR e devida validação, se constatado que ele informou
918 uma informação inferior àquilo que deveria informar, e conseqüentemente recuperar
919 menos do que deveria, ele será comunicado, será notificado. Mas, que frise-se, não
920 autuado, porque isso pode também configurar apenas um erro material e não má-
921 fé. Para que ele possa, devidamente, fazer a recuperação conforme preconizado na
922 lei e no decreto. Em relação à segunda pergunta, sobre avaliação de forma
923 cumulativa, em uma mesma região, de um mesmo proprietário, a princípio, as
924 obrigações de recuperação, seja de APP, de reserva legal, de áreas de uso restrito,
925 se dão por propriedade, por imóvel rural. O Thiago pode até falar um pouco melhor
926 até do conceito que trouxemos no nosso decreto. Ressaltando ainda que trata-se
927 de um procedimento que parte, a princípio, do produtor, mas nada impede, ao se
928 verificar imóveis, inclusive circunvizinhos, de indicarmos que a recuperação se dê
929 com técnicas similares, com espécies também similares. Claro que isso não é um
930 trabalho fácil, mas, por meio, inclusive, dessas parcerias, do engajamento de outros
931 setores, nós conseguimos em um mesmo instrumento buscar propriedades rurais
932 vizinhas para que façamos essa execução de forma mais conjunta, cumulativa.
933 Então não existe, necessariamente, uma obrigação para que isso ocorra, mas, do
934 ponto de vista ambiental e na hora e no momento da recuperação, é possível que
935 façamos dessa forma.” Thiago Cavanelas Gelape/IEF: “Só complementando a sua
936 fala, Malard, além desse mecanismo que o Malard citou, nós temos também dentro
937 da gerência – nossa gerência é responsável também pela análise territorial, de
938 paisagem. Essa seria uma análise mais macro que podemos fazer e estaria dentro
939 daqueles mecanismos que falei de análise dinamizada. Não necessariamente da

940 análise dinamizada que vai ser implantada Serviço Florestal Brasileiro, na forma de
941 um módulo específico, o AnalisaCar, que vai pegar através de um mapeamento
942 fidedigno do território mineiro, que vai subir para a plataforma, e os algoritmos do
943 módulo vão fazer essa análise através da computação em nuvem, essa análise que
944 vai resolver, digamos, os problemas. Voltando à fala do Carlos de hoje cedo, que
945 ele falou na reunião de hoje cedo, estimamos que vai resolver entre 80 e 90% dos
946 problemas do CAR. Esse AnalisaCAR é um que está proposto pelo Serviço
947 Florestal. Então vai ser feita essa análise com relação àquilo que foi declarado no
948 CAR. Mas existe uma outra instância, que o Malard falou mais cedo, das parcerias
949 que estamos fazendo com algumas instituições e que vão nos possibilitar criar
950 expertise e trabalhar junto com elas para essa inteligência de paisagem, para ganhar
951 essa inteligência territorial de passagem e como aplicar essas áreas. Onde que é a
952 APP melhor para eu recuperar, é ali ou ali? Onde que é a melhor posição da reserva
953 legal aqui? Hoje nós temos ferramentas tecnológicas que nos ajudam nisso, a fazer
954 essa avaliação regional para poder chegar a esse objetivo. Uma das ferramentas
955 das quais, já temos o próprio ZAP, o Zoneamento-Ambiental e Produtivo. É uma
956 avaliação da sub-bacia em larga escala e levantapassivos de APP naquela área,
957 levanta passivos ambientais naquela área. Então podemos integrar essas
958 ferramentas em um arcabouço de inteligência territorial, de inteligência de
959 paisagem, e fazer essas análises para potencializar essas ações do PRA na
960 paisagem. Então é plenamente possível, e vamos tentar fazer.” Antônio Augusto
961 Melo Malard/IEF: “Só uma outra pergunta da conselheira Maria Teresa, eu esqueci
962 de comentar, e agora também apareceu uma outra, em relação às ARTs. Conforme
963 o Thiago bem apresentou, temos 60% dos imóveis rurais com menos de 4 módulos.
964 Então falamos em propriedades rurais que têm sérias dificuldades financeiras, e
965 fazer uso das técnicas de recuperação e dos modelos, conforme trouxemos de
966 forma simplificada, agregando ART, seria um grande, mas grande problema de
967 execução. E aí nesse sentido o que precisamos fazer? Esse, inclusive, é um dos
968 objetivos de termos contemplada a possibilidade do uso das compensações. Por
969 mais que isso seja uma obrigação, isso é bastante difundido pelas ONGs, muitas
970 delas, como a TNC, que é uma referência no assunto e concorda plenamente com
971 isso, nós precisamos dar os mecanismos e todo suporte e apoio para que esses
972 proprietários rurais consigam fazer adesão ao PRA. Caso fosse diferente, não
973 teríamos sucesso nessa implementação, esses proprietários rurais dificilmente
974 fariam adesão, e continuaríamos com essas áreas degradadas em andamento.
975 Então em que pese não ter as ARTs desses pequenos produtores, conforme foi
976 colocado, eles vão ter as devidas capacitações e treinamentos, não só pelo IEF,
977 mas Emater, Seapa e outras entidades, para que façam o preenchimento da
978 maneira mais adequada. Sendo que é lógico que nós também vamos fazer uma
979 conferência no momento adequado, a análise e a validação. Então isso vai passar
980 por um crivo ambiental em um determinado momento. Esse artifício foi utilizado para
981 que tenhamos plena execução do PRA.” Thiago Cavanelas Gelape/IEF:
982 “Exatamente. Só complementando a fala do Malard, lembrando que o que nós

983 estamos trazendo aqui como conceito nessa parte da recuperação e da restauração
984 é um conceito iniciado no Estado de São Paulo e que está sendo na verdade uma
985 tendência nessa agenda da restauração, que é de considerar o produto final do que
986 queremos. O foco vai ser no produto final. Por isso a ideia da criação dos indicadores
987 ecológicos e a aferição desses indicadores em campo para verificar a recuperação.
988 Porque o que também vimos através da experiência até do Código Florestal anterior,
989 como o Carlos falou, é que o projeto pode ter sido muito bem-feito, não quer dizer
990 que vai ser implementado daquela forma; o projeto pode ser muito bonito, mas não
991 necessariamente vai ser implementado daquela, o que importa é que aquela
992 implementação é o resultado final que vamos ter. Alcançados aqueles indicadores,
993 independentemente do método, se apresentar um método que a Nasa desenvolveu
994 para a lua – dando um exemplo extremo aqui, só para exemplificar –, e alcançar
995 aquele resultado, para nós é o que importa. E nessa caminhada lembrando também
996 que iniciou a década da restauração, semana passada, pela ONU. Então nós vamos
997 ter um olhar nessa agenda ambiental muito sobre a restauração e a recuperação.
998 Então vamos ter muitas capacitações, muito material, essa cultura da restauração
999 vai, de alguma forma, baixar dos especialistas, dos nichos onde existia, para a
1000 população em geral, para os produtores. Isso tem que chegar lá, isso tem que
1001 chegar a todos. Nós estamos contando com isso também, estamos abrindo a
1002 década da restauração, então isso é uma cultura que vai chegar.” Presidente Marília
1003 Carvalho de Melo: “Tem mais uma pergunta no chat, e vamos terminar com ela para
1004 ir para o próximo ponto de pauta. Malard, nós estamos repassando no seu
1005 WhatsApp.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “A conselheira Maria Teresa colocou
1006 da preocupação dela de que Minas Gerais é conhecido campeão de desmatamento.
1007 Conselheira, esse dado não bate com o nosso monitoramento contínuo da cobertura
1008 vegetal. Apenas para exemplificar, esse monitoramento contínuo que executamos
1009 já há algum bom tempo, com satélite Sentinel, com uma aproximação de 10 m, ou
1010 seja, com uma precisão muito grande, conseguimos boletim diário para que
1011 possamos seguir com as fiscalizações. E conforme os levantamentos nossos desde
1012 2014, ano a ano, nós estamos reduzindo o desmatamento no Estado de Minas
1013 Gerais. Talvez a senhora tenha colocado por conta do relatório da SOS Mata
1014 Atlântica, entretanto, no próprio relatório da SOS Mata Atlântica, este ano, Minas
1015 Gerais conseguiu uma redução do desmatamento. E sempre lembrando que parte
1016 dessa supressão, desmatamento, é legal, e outra parte, sim, é irregular. Então
1017 sempre também temos que partir do pressuposto de que o proprietário rural age de
1018 boa-fé. Não podemos simplesmente achar que todos, que o proprietário rural, que é
1019 um grande aliado na questão ambiental, vai agir de má-fé. Essa tem que ser principal
1020 premissa, e falamos, principalmente, dos pequenos produtores rurais, como eu
1021 mencionei, que têm sérias dificuldades de fazer contratação de qualquer serviço.
1022 Mas nós estamos trazendo todos os mecanismos para trazer a transparência, para
1023 trazer a segurança no processo, seja no início ou no decorrer ou no monitoramento,
1024 como o Thiago bem colocou, com os indicadores que serão aferidos de tempo em
1025 tempo, a depender do número de módulos fiscais nos imóveis.” Presidente Marília

1026 Carvalho de Melo: “Obrigada, Malard, pelos esclarecimentos. Obrigado, Thiago,
1027 mais uma vez, parabenizando pela excelente apresentação. Em breve nós vamos
1028 voltar aqui para mostrar os números da restauração florestal e da implementação
1029 do PRA no Estado de Minas Gerais.” **7) LANÇAMENTO DO PRÊMIO NATUREZA**
1030 **GERAIS 2021. Apresentação: SEMAD.** Ana Cristina Silveira/SEMAD fez
1031 apresentação do lançamento da quarta edição do Prêmio Natureza Gerais. O
1032 conteúdo foi disponibilizado no site da SEMAD. Em seguida, foi feita a indicação dos
1033 seguintes conselheiros para compor a Comissão Julgadora. – Representantes do
1034 poder público: Lidiane Carvalho de Campos, da Seinfra, e Mônica Dietrich, da
1035 Cedec; – Representantes da sociedade civil: Carlos Alberto Santos Oliveira, da
1036 Faemg, e Ana Beatriz Rocholi, da Promutuca. **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo
1037 outros assuntos a serem tratados, a presidente Marília Carvalho de Melo agradeceu
1038 a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

1039
1040 **APROVAÇÃO DA ATA**

1041
1042
1043 **Marília Carvalho de Melo**
1044 **Presidente do COPAM**